

Opinião: é hora de enfrentar os credores.

O governo Sarney precisa deixar de hesitações e, ante as ameaças dos bancos estrangeiros, adotar as medidas necessárias a uma solução para o problema da dívida externa. A afirmação foi feita ontem pelo professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, ao advertir que, na atual situação, não há como pagar a dívida: a nível interno, não é mais possível reduzir os salários para manter a competitividade dos produtos brasileiros; a nível externo, o aumento das exportações do Terceiro Mundo gerou uma concorrência predatória, com redução dos preços dos produtos exportados.

Nas atuais circunstâncias, caberia aos credores tomar a iniciativa de uma solução que fosse razoável. Mas como estes se recusam a reconhecer a existência do problema, só resta aos devedores agir, forçando uma mudança da situação. Por isto, em lugar da temporização, é urgente a adoção de medidas concretas em apoio à retórica de endurecimento das negociações. Uma das providências mais importantes seria a transferência gradual das reservas brasileiras para um país neutro como a Suíça.

— Se não tomarmos atitudes que demonstrem o desejo de modificar as regras do jogo, poderemos viver processo semelhante ao da Argentina — disse Munhoz, que foi o primeiro coordenador econômico do ex-presidente Tancredo Neves.

O modelo clássico de redução dos preços para exportação, garantindo a competitividade do produtor nacional no mercado internacional, é inviável. Na opinião do professor, o reflexo desta política sobre o nível de renda real dos trabalhadores brasileiros já chegou ao extremo. Ele comentou os números do governo que indicam o aumento dos salários em relação à taxa de câmbio. Para ele, trata-se da correção de uma disfunção que vem desde 1977. Nesta época, os preços dos produtos no mercado internacional estavam na base 100. Agora, chegaram a 53.

“Isto foi conseguido com a pressão sobre os salários. Se a relação está maior para os salários, é porque eles deixaram de cair.” A taxa de câmbio foi colocada em patamares superiores ao salário pelas duas máximas desvalorizações do cruzeiro e pela sua correção constante com a inflação interna. Há necessidade de o governo corrigir agora a taxa de câmbio pela paridade, ou seja, pelas taxas de inflação interna e externa. A distorção crescente que se observou na relação salário/taxa de câmbio foi somente interrompida, ou parcialmente interrompida, com o crescimento dos salários.

Não poderá pesar sobre os salários, na opinião de Munhoz, a garantia de continuidade das exportações brasileiras e, portanto, do pagamento da dívida externa. A questão está nas mãos dos países credores. “A nível nacional — disse —, não se pode mais pressionar os salários, ou teremos um país de miseráveis. Quando o último navio de exportação deixar o País, seus tripulantes poderão vislumbrar a população literalmente de tanga.”

Concorrência predatória

O modelo clássico de pagamento da dívida externa, segundo Munhoz, mostra também sua inviabilidade a nível internacional. Na medida em que os países devedores tentam saldar seus compromissos com a exportação, a concorrência torna-se predatória. “Isto inviabiliza o pagamento das dívidas e empobrece, cada vez mais, os países devedores.”

Se os credores estão ameaçando com medidas que efetivamente podem adotar, como já fizeram com a Argentina e, se o governo quer mesmo endurecer nas negociações, precisa tomar providências urgentes. Na opinião de Munhoz, além de medidas como a modificação na legislação sobre a remessa de lucros para o Exterior e a nacionalização dos bancos estrangeiros, o governo pode pensar também em transferir os ativos e passivos dos bancos privados no Exterior para o Banco do Brasil. “Ameaça por ameaça, nós também temos que jogar com tudo”, disse.

18 OUT 1985